

Jorge Costa Pereira; 12.03.2014

**Declaração política**

**Senhora Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Muitos açorianos têm vindo a acompanhar com natural preocupação a recente polémica que se instalou nos Açores a propósito do cancelamento da construção do Cais de Cruzeiros em Angra do Heroísmo.

Responsáveis vários, instituições e articulistas da ilha Terceira e de S. Miguel têm manifestado as suas posições com uma virulência e um tipo de argumentação que, independentemente da questão de fundo, só vem provar, quão frágil é ainda a nossa Autonomia e quão fortes são ainda os resquícios do divisionismo e do antagonismo que marcou os séculos em que as ilhas dos Açores foram administradas de costas voltadas umas para as outras.

**Senhora Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

A Autonomia dos Açores e da Madeira são filhas do 25 de Abril de 1974 e, desde logo, se assumiu como um projeto descentralizador, que assentava no princípio de que quem está mais perto da realidade e das populações, com meios adequados, é capaz de acudir melhor e com mais rapidez aos problemas do que o poder central, distante em Lisboa.

No nosso caso particular, a Autonomia assumiu ainda uma dimensão inovadora: a de pensar os Açores como uma Região única, composta de nove ilhas, com idênticas aspirações e direito ao desenvolvimento integral e harmonioso. Tentava-se, assim, quebrar o secular bairrismo e divisão entre ilhas que a separação em distritos (e não só!) havia fomentado. Também por isso, a nossa Autonomia foi tão bem recebida pela

maioria das pessoas e nela os açorianos de todas as ilhas se implicaram e depositaram as mais lídimas esperanças.

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Não é, obviamente, em quatro décadas que se mudam mentalidades e práticas seculares. E não podemos, naturalmente, esquecer que nesse curto período de tempo a Autonomia mudou a face dos Açores e levou as nossas nove ilhas a conhecerem um progresso sem precedentes.

Em termos de exercício do poder, em termos de proximidade às populações, em termos de compreensão dos problemas, em termos de facilidade em se encontrarem as soluções mais rápidas e adequadas às situações concretas, é, de facto, um bem inestimável ter nos Açores os nossos órgãos próprios de governo.

Mas é igualmente insofismável que a construção da unidade político-administrativa dos Açores tem de se fazer com base na solidariedade partilhada no crescimento e nas dificuldades. Assegurar o desenvolvimento económico e social dos Açores, a concretização do crescimento integral e harmonioso de todas as ilhas, respeitar os seus ritmos próprios, assumir como objetivo da prática política a justiça e a equidade no direito ao desenvolvimento e ao progresso, tudo isto, mais do que reivindicações do tempo presente, são questões fulcrais para a sobrevivência da nossa Autonomia regional.

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

A nossa Autonomia só terá futuro enquanto nela todas as ilhas se sentirem tratadas com justiça e equidade. Por isso, governar os Açores é olhar para todas as ilhas e definir estratégias de desenvolvimento para além de interesses eleitoralistas, de bairrismos e de visões tecnocráticas e economicistas. Governar os Açores é respeitar essa realidade

única e inultrapassável de que a nossa riqueza reside também na nossa diversidade, que cada ilha é um mundo de igual dignidade e que a harmonia se faz de investimento repartido, complementar e solidário.

Mas temos de ser suficientemente lúcidos para reconhecer que hoje, infelizmente, o distanciamento, a desilusão e o desencanto ameaçam os nobres e iniciais ideais da nossa Autonomia. Os erros, as omissões e as opções políticas cada vez mais determinadas por interesses eleitoralistas (que, ironia das ironias, depois das vitórias eleitorais, são esquecidos!), corroeram a confiança dos cidadãos e ameaçam a unidade regional. A prática governativa dos últimos anos aprofundou as divergências de crescimento e de oportunidade de desenvolvimento entre as várias ilhas, acentuou clivagens, não resolveu nem amenizou (antes aprofundou) o esvaziamento populacional da maioria das ilhas e acabou no que seria de esperar: minou a confiança das pessoas na nossa Autonomia.

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Exercer o honroso serviço de governar os povos devia ter no cumprimento da palavra dada aos eleitores o bem mais precioso dessa participação pública e o dever mais importante desse contributo político para o desenvolvimento de um país ou de uma Região. Mas, infelizmente, aquilo a que mais assistimos é, a coberto das mais diversas justificações e estratégias, se esquecerem ou se alterarem os compromissos eleitorais.

Hoje temos um governo que se especializou no marketing político e que, na falta de respostas para os problemas dos açorianos, ataca a oposição como se fosse culpa da oposição a inépcia governativa.

Já se chegou mesmo ao ponto do presidente do PSD/Açores referir num dia que existem 9 000 açorianos em lista de espera na Saúde, o secretário regional desmentir dizendo que o PSD/Açores não sabe fazer contas, para, na semana seguinte, acabar por confirmar os números que tinham sido inicialmente apresentados.

E quando o PSD/Açores apresentou uma proposta para a criação de planos adicionais de produção cirúrgica nos hospitais? O que disse o governo regional? O habitual: que essa era uma proposta sem sentido. Pois bem, ainda na passada semana o secretário da tutela veio anunciar que vai implementar parte do Plano Integrado de Gestão das Listas de

Espera que o PSD havia proposto. E disse-o com a mesma candura e convicção que há um ano havia dito que tal não fazia sentido!

Ainda no ano passado aqui trouxemos uma proposta para ajudar quem se encontra com salários em atraso a fazer face aos seus compromissos bancários. Na altura, o Partido Socialista disse que essa proposta não fazia sentido. Pois ainda recentemente o governo regional aprovou legislação nesse sentido.

O mais condenável nesta atitude é que quem ficou a perder foram os açorianos que esperam por uma cirurgia ou que se encontram com salários em atraso. Esses açorianos podiam ter sido ajudados há mais tempo e só não foram porque o governo regional não quis reconhecer o mérito das propostas da oposição.

**Senhora Presidente**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Senhor Presidente, Senhora e Senhores membros do Governo**

Estes comportamentos e esta forma de fazer política minam a confiança dos cidadãos e se agora podem ajudar alguém a ganhar o presente político, a prazo, seguramente, estão a desacreditar sem remédio o nobre exercício da política, e, por extensão, a contribuir para fragilizar a Autonomia e a Democracia e isso irá levar os Açores a regredir muitas décadas e voltarão, certamente, os fantasmas dos tempos antigos do divisionismo e das ilhas de costas voltadas umas para as outras.

Os termos em que decorreu a recente polémica acerca do abandono da construção do Cais de Cruzeiros em Angra é um sério aviso: no dia em que não formos capazes de conciliar a realidade “ilha” com a realidade “região”, o crescimento rápido de uns com o direito ao crescimento dos outros, as realidades demográficas e estatísticas com a dimensão humana e social do desenvolvimento, preservando a indispensável coesão social entre os Açorianos, nesse dia, a nossa Autonomia perderá a sua alma, perderá as pessoas e deixará de ser um desígnio que une todos os Açorianos.

Disse.